

FERNÃO MENDES PINTO E DIOGO DO COUTO: AS VOZES DO OUTRO**Ricardo Luiz de SOUZA***

Resumo: O objetivo deste artigo é estudar as obras de Fernão Mendes Pinto e Diogo do Couto, autores quinhentistas portugueses que, não só participaram do processo de expansão marítima pelo qual Portugal passou no período, como também escreveram a esse respeito de forma crítica, utilizando a sátira para, ao mesmo tempo, deformar e apresentar a realidade. Fernão Mendes Pinto e Diogo do Couto iluminam em suas obras, ainda, o olhar sobre o outro que orientaria o processo de expansão portuguesa e, com isto, mesmo não escrevendo sobre a América Portuguesa, ajudam a compreender o contato entre colonizadores e indígenas em terras brasileiras.

Palavras-chave: Viagem. Colônia. Conquista.

FERNÃO MENDES PINTO AND DIOGO DO COUTO: VOICES FROM THE OTHERS

Abstract: My goal is to study the works of Fernão Mendes Pinto and Diogo do Couto, authors who participated in the 16th century Portuguese maritime expansion process, and wrote about this event critically, using satire to simultaneously distort and depict the reality of the situation. Furthermore Fernão Mendes Pinto and Diogo do Couto illuminate in their works different points of view coming from 'the other', that would orientate the expansion of Portugal, and with it, even though not even writing specifically about Portuguese America, they help to understand the contact between Portuguese settlers and the natives in the lands of Brazil.

Keywords: Travel. Cologne. Conquest.

O tema proposto aborda os relatos sobre a construção e a administração do Império Português em terras orientais deixados por Fernão Mendes Pinto e Diogo do Couto, autores que participaram diretamente do processo e deixaram relatos sobre o mesmo. Ambos foram analistas especialmente argutos e críticos incisivos do processo de colonização portuguesa. Mesmo não escrevendo sobre a colonização da América, e sim do Oriente, as obras deixadas por ambos iluminam o encontro com o Outro que ocorreu na América, assim como no Oriente. E fazem isto deixando ecoar as vozes do Outro.

* Doutor em História – Departamento de História – Centro Universitário de Sete Lagoas e FAMINAS – Av. Marechal Castelo Branco, 2765, Sete Lagoas, Minas Gerais, Brasil. E-mail: riclsouza@uol.com.br

Fernão Mendes Pinto foi o autor de *Peregrinação*, obra que fez muito sucesso no século XVII e foi progressivamente ficando na sombra, à medida que *Os Lusíadas* ganhavam estatura de épico nacional. A comparação entre ambas as obras permaneceu sendo feita pelos séculos afora, mas de forma frequentemente equivocada e prejudicial à fortuna crítica do texto de Fernão Mendes Pinto, como se a grandeza de uma precisasse desmerecer a grandeza da outra, quando a chave para a análise é outra. A *Peregrinação* retrata a miséria – às vezes mesquinha, às vezes grandiosa – e seus heróis têm como objetivo conquistar, mas primordialmente, sobreviver. Não é um épico da conquista; é um épico da miséria.

O texto de Camões é uma obra literária que se apresenta como tal e tem como objetivo louvar os feitos lusitanos, propósito exposto com clareza em seus versos:

Nem deixarão meus versos esquecidos
Aqueles que, nos reinos lá da aurora,
Se fizeram por armas tão subidos,
Vossa bandeira sempre vencedora. (CAMÕES, *Os Lusíadas*, Canto Primeiro, 14).

Já o texto de Fernão Mendes Pinto apresenta-se como autobiográfico, ou seja, como uma narração verídica, mas é, antes de tudo, uma sátira sem maior compromisso com a verdade histórica ou com a exatidão geográfica, o que tornou complicada sua catalogação no cânone literário e rendeu ao seu autor a fama de mentiroso. Mas tal fama não faz sentido, pois o compromisso da obra não é com a verdade e sim com a crítica. Neste sentido, Mendes Pinto está mais próximo de Swift do que de Camões, ou ainda, segundo Costa Lima (2003), situa-se na origem de outra vertente:

Se do ponto de vista de seu próprio tempo a *Peregrinação* é um texto fantasmal, por lembrar vários gêneros e não se enquadrar em nenhum, de uma perspectiva atual, Fernão Mendes Pinto prenuncia o romance da colonização e seu maior representante: Joseph Conrad. (LIMA, 2003, p.102).

Além disso, seu texto é uma obra literária que não se apresenta como tal. É uma sátira, e não uma narrativa histórica. A *Peregrinação* foi publicada em 1614, trinta anos após a morte do autor. Rebello (1992, p.128) assim define o livro:

Obra de ficção, onde a realidade se mistura à fantasia; autobiografia romanceada; guia de reflexão moral e sátira sutil dos desmandos dos homens e do tempo, declaradamente destinada aos filhos do Autor, mas visando decerto mais largo público, a matriz narrativa da *Peregrinação* é o livro de viagens.

Mas quais viagens foram estas? Costa Lima (2003, p.81) define o autor: “Fernão Mendes Pinto, autor da *Peregrinação*, é um pária aventureiro, no meio de nobres e de funcionários”. Já na descrição de Catz (1978, p.52), Mendes Pinto foi “escravo, soldado, negociante, embaixador, missionário, corsário”, ao longo de suas andanças pelo Oriente. A multiplicidade de vivências do narrador é um reflexo da multiplicidade de vivências do autor do livro. Mas narrador e autor são entidades distintas, o que leva a autora a concluir: “Se é fato que, pela sua obra, conhecemos um pouco do seu pensamento e muito da sua imaginação, o homem que F.M.P. foi continua desconhecido, tão encoberto como revelado pela *Peregrinação*, que só ela, confere substância ao seu nome” (CATZ, 1978, p.55). E, segundo Madeira (2005, p.307), “a especificidade da *Peregrinação*, ao mesclar relato autobiográfico e discurso ficcional, reside na própria construção da voz que revela sua intenção, ora poética ora crítica e satírica”. Porém, que voz é esta?

Se o narrador, assim como o autor, foi um aventureiro, as aventuras vividas por ambos foram distintas, e Mendes Pinto termina não se identificando com a voz do narrador, efetuando uma inversão de fundamental importância para a compreensão da obra. Isto porque, quando Mendes Pinto exprime o que pensa a respeito da expansão portuguesa – seus motivos ocultos e declarados, o modo como ela se desenvolve – ele o faz não valendo-se de seu narrador, que faz parte da conquista, mas com base em suas vítimas. A voz de Fernão Mendes Pinto é a voz do Outro, na medida em que ele exprime a amargura e a indignação dos vencidos.

Catz (1978, p.15) define a obra como “uma sátira corrosiva pela qual Fernão Mendes Pinto denuncia as instituições políticas e religiosas de Portugal no século XVI. E condena vigorosamente a ideologia das cruzadas – a charneira vital, mitificada do império ultramarino português”. Mas nada disso é expresso pelo narrador, que se recusa a julgar as ações dos portugueses, mesmo quando, evidentemente, não concorda com elas. Quando é recusado um auxílio fácil de ser prestado a um rei aliado, por exemplo, ele afirma: “Mas de quem teve a culpa disto (se aí houve alguma) não quero eu ser juiz, seja-o a quem lhe pertence de direito” (PINTO, 2005, v.I, p.73).

Aparentemente neutra e indiferente à sorte dos vencidos, aparentemente incapaz de perceber atrocidades onde as atrocidades existem, a narrativa, por isso mesmo, torna-se mais cáustica, como neste trecho, quando o final da pilhagem de uma cidade, seguida pela escravização de seus habitantes por parte dos portugueses é assim descrita por Mendes Pinto (2005, v.I, p.192):

E retirando-se para a praia, se embarcou sem oposição nenhuma, e todos muito ricos e muito contentes, e com muitas moças muito formosas, que era

lástima vê-las ir atadas com os morrões dos arcabuzes, a quatro e quatro, e cinco a cinco, e todas chorando, e os nossos rindo e cantando.

O próprio ato de viajar é visto de formas distintas por vencedores e por vencidos. Estes veem a viagem como um convite à catástrofe. São, afinal, basicamente gente de terra firme, majoritariamente camponeses para quem os marinheiros só trazem o mal. Assim, ao ver marinheiros transformados em mendigos, uma mulher, residente em uma das terras devastadas pelos portugueses, argumenta:

Coisa é essa de que ninguém se deve espantar, porque nunca ali vimos senão ficarem na maior parte sepultados no mar os que muito labutam no mar, e por isso, amigos meus, o melhor e mais certo é fazer conta da terra e trabalhar na terra, já que Deus foi servido de nos fazer da Terra. (PINTO, 2005, v.I, p.271).

Já o narrador justifica as viagens valendo-se da existência do desconhecido; do muito que falta para conhecer e catequizar (e, é claro, saquear, o que, porém, ele jamais afirma explicitamente). Em suas viagens pelo Oriente, portanto, ele constata: “Assim, pela variedade de nações incógnitas que aqui vi se pode muito bem ver que nesta monarquia do mundo, há ainda muitas terras que não são descobertas nem conhecidas de nós” (PINTO, 2005, v.II, p.544).

A conversão é sempre vista pelo narrador como justificativa para os combates contra os infiéis, mesmo que poucos destes sobrevivam para serem catequizados ao final dos mesmos. E ele é católico fervoroso, sempre a invocar a proteção divina (que raramente surge de modo eficaz), sempre a condenar as práticas pagãs. Ele é um cruzado inteiramente convicto da validade de sua ação e de seu discurso, mas o discurso do autor surge, ao longo do texto, em outro lugar. Surge da perspectiva de quem deveria ser convertido e, pelo contrário, horroriza-se com a distância entre intenção e gesto que baliza o comportamento dos cruzados portugueses.

A discrepância entre palavras e atos por parte dos portugueses é assim lamentada por uma de suas vítimas: “– Bendita seja, Senhor, a tua paciência, que sofre haver na terra gente que fale tão bem de ti e use tão pouco da tua lei, como estes miseráveis e cegos que cuidam que furtar e pregar te pode satisfazer como aos príncipes tiranos que reinam na terra” (PINTO, 2005, v.I, p.156). E outra vítima diz palavras semelhantes: “– É certo que agora vejo que nunca cuidei que visse nem ouvisse, maldade por natureza e virtude fingida, que é furtar e pregar. Grande deve ser a tua cegueira, pois confiado em boas palavras gastas a vida em tão más obras. Não sei se gracejará Deus contigo no dia da conta” (PINTO, 2005, v.I, p.228).

A dúvida exposta nesta fala remete a outro tópico de fundamental importância para a compreensão do texto, com base no qual é questionado o caráter de cruzada dado pelos portugueses à construção de seu império. Para o narrador, os orientais são pagãos condenados ao inferno, mas, para estes, a condenação pesa sobre quem assumiu a missão de convertê-los. Assim, para os pagãos, os portugueses devem, todos, “andar muito receosos do castigo do céu, porque Deus lá não tem noite em que lhe seja necessário cerrar os olhos para dormir, como cá fazem os reis da terra, os quais estão tão sujeitos a todas as imperfeições dela, como qualquer de nós outros, pois são homens como nós” (PINTO, 2005, v.I, p.309).

Aqui, alguns contrapontos podem ser feitos: a carta do Preste João surgiu por volta de 1165, tendo sido escrita, de acordo com a lenda, pelo rei de um país que os europeus, convictos quanto à autenticidade do texto, buscaram localizar mais tarde na Etiópia. A carta teria sido enviada ao imperador de Constantinopla e ao rei da França, surgindo, nela, referências aos povos de Gog e Magog, hostis ao cristianismo. Nela, se lê: “Essa nação é amaldiçoada por Deus; é chamada Gog e Magog e seu povo é mais numeroso do que o de todas as outras nações. Quando o Anticristo chegar, eles se espalharão pelo mundo inteiro, porque são seus amigos e aliados” (MAGASICH-AIROLA; BEER, 2000, p.68). Aqui, os infiéis surgem, em uma perspectiva milenarista, como os inimigos supremos.

Por serem os inimigos supremos, eles devem ser tratados como tais. Nesse contexto, Friederici (1967, p.77) descreve os métodos utilizados por Afonso de Albuquerque, um dos líderes militares da expansão portuguesa no Oriente, após uma batalha vitoriosa na Índia:

Os túmulos e monumentos funerários foram arrasados. Aos renegados que lhe vieram parar às mãos, com a rendição de Bansestarim, e que era obrigado a poupar, por causas das condições da rendição, mandou castrar, cortar as orelhas, o nariz, a mão direita e o polegar esquerdo. Mas, em geral, costumava queimá-los todos vivos.

Já Duarte Pacheco Pereira foi contemporâneo de Diogo do Couto e de Fernão Mendes Pinto, mas em *Esmeraldo de Situ Orbis*, texto no qual apresenta a descrição da expansão portuguesa por África e Ásia, o infiel surge, novamente, apenas como o inimigo a ser destruído. A esse respeito, Pereira menciona, por exemplo:

Aquelas coisas a que os viciosos e miseráveis homens soem a ser incriminados, maiormente os d'Arábia de cuja província Mafoma foi natural, que sempre estudam em luxúria, gula e rapina; e por esta perversa gente ser inimiga de nossa Santa Fé Católica, os reis destes reinos, do tempo de-Rei Dom João da gloriosa memória para cá, lhe fizeram sempre áspera

guerra e lhe tomaram os quatro lugares. (PEREIRA apud CARVALHO, 1991, p.587).

E em relação à África, Pereira (apud CARVALHO, 1991, p.591) menciona como “nestas terras se acharia tanto ouro com outras tão ricas mercadorias, com que bem e abastadamente se manteriam os Reis e povos deste reino de Portugal, e se poderia fazer guerra aos infiéis inimigos da nossa santa fé católica”. Aqui, combate aos infiéis e apropriação de suas riquezas são objetivos postos no mesmo plano. Motivações religiosas e econômicas não são vistas pelo autor como excludentes.

Da mesma forma, na *Peregrinação*, o narrador confunde “ingenuamente” conversão e saque, misturando ambos os motivos na mesma ação. Com isso, a ingenuidade transforma-se em método para o autor distinguir os interesses materiais que fundamentam o contato entre cristãos e pagãos. Em uma ilha, por exemplo, é mencionada a existência de “dezessete jazigos dos reis da China em uns presbitérios de ouro, com muito grande quantidade de ídolos do mesmo, em que dizia que não havia mais dificuldade nem trabalho que só carregar os navios” (PINTO, 2005, v.I, p.207).

E plenamente consciente – ao contrário do narrador – da incongruência presente no comportamento dos portugueses, um rei do Oriente afirma ser melhor, para os portugueses, “irem à China fazer-se ricos, que pregar patranhas a reinos estranhos” (PINTO, 2005, v.II, p.750). Da mesma forma, quando Antônio de Faria, personagem envolvido em constantes atos de pirataria e uma espécie de avesso do Vasco da Gama camoniano, faz um juramento, recebe como resposta: “Aceito, senhor, essa promessa, sobre tua palavra, ainda que este ofício em que agora andas não é muito conforme à lei cristã que no batismo professaste” (PINTO, 2005, v.I, p.116). Mas Antônio de Faria não é, necessariamente, um farsante, situando-se um terreno marcado pela ambiguidade, como acentua Costa Lima, (2003, p.119) referindo-se ao personagem: “Ser herói, no caso, significa habitar a ambiguidade: pilha, rouba e mata, sem duvidar de sua cristandade”.

A alteridade é traduzida por Duarte Pacheco Pereira com base em padrões invariavelmente ocidentais, que remetem, por vezes, à Antiguidade. Assim, ele menciona a existência, na África, de

Homens selvagens a que os antigos chamavam sátiros, e são todos cobertos de um cabelo ou sedas quase tão ásperas como de porco, e estes parecem criatura humana e usam o coito com suas mulheres como nós usamos com as nossas, e em vez de falarem, gritam quando fazem mal. (PEREIRA apud CARVALHO, 1991, p.624).

E o que não pode ser traduzido mal é incorporado à condição humana, com Pereira (apud CARVALHO, 1991, p.587) descrevendo os “etiópicos” como “quase bestas em semelhança humana, alienados do culto divino”.

Já o paganismo, com o qual ele se defronta, é incompreensível para o narrador de *Peregrinação*, o que inviabiliza qualquer possibilidade de diálogo e o leva a afirmar:

É muito para pasmar, mas muito mais para chorar, ver com quão claras e manifestas mentiras traz o demônio tão enganados homens por outra parte tão entendidos, sem poderem atinar com a trilha desta nossa santa verdade que o filho de Deus veio notificar ao mundo; porém o segredo disto só ele o sabe. (PINTO, 2005, v.I, p.342).

E ele menciona, ainda sem compreender, a existência de

Tantas e tão várias coisas quantas Deus quis dar a este povo infiel e inimigo seu, e tão ingrato a todas estas mercês que recebe dele, que tem para si que só pelos merecimentos do seu rei produz a terra toda esta abastança, e não pela divina providência e pelo amor daquele senhor que tudo pode. (PINTO, 2005, v.I, p.349).

Mas a incompreensão é mútua, de forma que Deus, na perspectiva dos orientais, jamais poderia ter vindo “em algum tempo ao mundo vestido de carne humana”, uma vez que “não podia haver coisa que obrigasse a tamanho extremo, porque pela excelência da natureza estava livre das nossas misérias e muito esquecido de cobiçar tesouros da terra, porque tudo era pouquidade na presença do seu esplendor” (PINTO, 2005, v.I, p.136).

Nessa perspectiva, Greenlee (s.d., p.30) acentua o seguinte contraste: “As cartas que Cabral levava para os reis árabes também condenavam a religião destes, embora a atitude dos maometanos para com o cristianismo fosse de tolerância”. Mas, no texto de Mendes Pinto, o que surge é a intolerância nascida da estranheza mútua.

A ingenuidade do narrador não lhe permite identificar, por fim, nas práticas pagãs por ele deploradas, as próprias práticas utilizadas pela Igreja de seu tempo, o que esvazia as críticas por ele endereçadas aos orientais, mas consolida a intenção satírica do texto, intenção esta sempre voltada para o Ocidente, nunca para o Oriente. Assim, ao descrever práticas religiosas adotadas por orientais, Mendes Pinto (2005, v.I, p.296) faz a crítica da simonia, tão presente na Igreja de seu tempo:

Há outras em que se vendem letras de câmbio para se passar dinheiro da terra para o céu, de que estes sacerdotes de Satanás lhe prometem muitos ganhos e interesses, e lhes afirmam que sem estes câmbios se não podem salvar por nenhuma via, visto ser Deus mortal inimigo dos que não dão esmola aos pagodes, e disto lhes dizem tantas mentiras e lhes pregam

tantas patranhas, que os coitados deixam muitas vezes de comer para lhos darem.

Os portugueses são descritos como mentirosos, desonestos e obcecados pela riqueza material. Uma personagem diz deles que “quanto mais deveis, menos pagais, pelo que, inferindo daqui, o que claramente se pode afirmar é que o galardão da nação portuguesa mais consiste e mais depende da aderência do merecimento da pessoa” (PINTO, 2005, v.I, p.79). Outra personagem relata que eles possuem “uma pertinácia tão obstinada e cheia de cólera que a baba vos corre dos beiços como gozos danados que mordem a gente” (PINTO, 2005, v.II, p.723). E os portugueses são assim questionados por ocasião de um naufrágio:

Negareis que quem conquista, não rouba? Quem força, não mata? Quem senhoreia, não escandaliza? Quem cobiça, não furta? Quem oprime, não tiraniza? Pois todas estas coisas se dizem de vós, e se afirmam em lei de verdade, por onde parece que largar-vos assim Deus da sua mão, dando licença às ondas do mar que vos afogassem debaixo de si, muito mais foi inteireza de sua justiça, que sem razão que usasse convosco. (PINTO, 2005, v.II, p.435).

A crítica de Mendes Pinto à expansão portuguesa não visa apenas às suas motivações religiosas, mas, também, aos seus fundamentos políticos. Perante as vítimas da conquista organizada pelo monarca português, este não tem nenhum direito de soberania sobre a terra conquistada, com o poder sendo exercido apenas pelo uso da força. Desta forma, o poder do monarca português, alardeado por seus súditos, é, ao mesmo tempo, confirmado e questionado por um chinês: “– Isso bem claro está, e bem se vê pelas muitas riquezas que esta nação barbada geralmente possui em toda a terra por força de braço armado, em afronta de todas as outras nações”. (PINTO, 2005, v.I, p.200)

Também os motivos que levaram os portugueses a empreenderem tão longas viagens são igualmente questionados, com base no seguinte argumento:

Homens que por indústria e engenho voam por cima das águas todas, para adquirirem o que Deus não lhes deu, ou a pobreza neles é tanta que de todo lhes faz esquecer a sua pátria, ou a vaidade e a cegueira que lhes causa a sua cobiça é tamanha que eles negam a Deus e a seus pais. (PINTO, 2005, v.I, p.378).

E, por fim, o próprio conceito de monarquia é posto em questão. Mais uma vez de acordo com um oriental, “se fez Deus homens que fossem reis, foi para que fossem humanos para os homens, mas não para que, tiranizando, matassem os homens”. (PINTO, 2005, v.II, p.551)

Embora não se refira, em momento algum, à América Portuguesa, Fernão Mendes Pinto trata, em seu livro, da mesma temática presente nos viajantes quinhentistas que abordaram o outro lado do planeta: o encontro com a alteridade, o relacionamento entre o Ocidente e o Outro. Apenas, ao narrar este encontro, utiliza um estratagema que desmascara os seus fundamentos: o narrador proveniente de Portugal é incapaz de compreender os povos com os quais se depara, mas estes avaliam de forma precisa os fundamentos da ação do português e os expõe com toda a clareza. Fazendo isso, são os próprios fundamentos da descoberta e da exploração do Novo Mundo que são esmiuçados. Sem referir-se em momento algum à colonização da América Portuguesa, a obra de Fernão Mendes Pinto engloba-a em sua crítica implacável.

Se Mendes Pinto narra a conquista dos novos territórios, Diogo do Couto narra sua administração, e o faz de uma perspectiva igualmente crítica. O momento histórico é o mesmo, mas as situações são outras, tanto que o narrador presente na *Peregrinação* é um aventureiro, mas o personagem que faz uma análise sombria da administração portuguesa na Índia, no texto de Diogo Couto, é um soldado.

Diogo do Couto foi contemporâneo de Fernão Mendes Pinto – nasceu em 1542 e faleceu em 1616, ao passo que Pinto nasceu em 1510 e faleceu em 1583 –, e foi um historiador, coisa que Pinto nunca pretendeu ser. Escreveu as *Décadas*, narrativa dos feitos portugueses no Oriente. E escreveu, também, *O soldado prático*, crítica destes mesmos feitos elaborada por um soldado e pensada de baixo para cima.

Neste livro, retorna o discurso dos vencidos, mas, com base em uma perspectiva diferente. Aqui, além dos orientais não terem direito à fala, esta é concedida a um personagem obscuro, que participa da administração das terras conquistadas, sendo, contudo, ignorado na partilha dos benefícios. Fica à margem, e é daí que o discurso é feito. Escrito na segunda metade do século XVI, *O soldado prático* é composto por um diálogo imaginário entre um “soldado velho da Índia”, um fidalgo, ex-governador da Índia, e um despachador de Portugal. E, pela voz do soldado, fala o autor.

Carpeaux (1978, v.II, p.356) assim retrata o sentido da obra de Couto:

A sua curiosidade etnográfica não o deixa ver só os feitos dos portugueses, mas também as atitudes e a situação dos indígenas, e esse começo de uma mentalidade crítica exprime-se com força maior na descrição sóbria, quase relatório e tanto mais impressionante, da administração maléfica dos portugueses na Índia.

Há, contudo, uma diferença a ser mencionada entre as *Décadas* e *O soldado prático*. No primeiro texto, os portugueses são definidos por Couto (1947, v.II, p.67) como superiores aos romanos, já que estes “nunca pelejaram contra basiliscos, selvagens, quartãos e outros

instrumentos diabólicos, arruinadores do mundo e destruidores de todo o esforço, como o fizeram estes nossos portugueses”. Em *O soldado prático*, contudo, a comparação torna-se desfavorável a Portugal:

Mas é esta nossa nação tão coitada, ou tanto para pouco, que trabalhamos por nos aniquilarmos uns aos outros; sendo tão diferente nas mais, que sempre folgaram de engrandecer seus naturais, que achamos por essas escrituras, assim gregas como romanas, alevantados grandes capitães de homens bem baixos, porque em todas se estimaram sempre muito as virtudes de valor. (COUTO, 1937, p.132).

São estes “homens bem baixos” os personagens de Couto, e a perspectiva dos soldados, ou seja, dos que fazem parte desta categoria, é apresentada por ele, durante uma batalha, como um contraponto desprovido de qualquer heroísmo:

Que aquele negócio era muito arriscado, que eles não queriam cometer coisa duvidosa, porque pela ventura seriam os Mouros muito mais, que estariam por aí derredor que acudiriam, e nenhum deles escaparia com vida, e sem esperarem razão alguma voltaram para o navio. (COUTO, 1947, v.II, p.96).

O importante, portanto, mais que executar atos heróicos, é sobreviver.

Mas o autor possui, por outro lado, um código de honra estruturado com base em valores que desconsideram a busca da riqueza como finalidade última. Segundo Couto (1937, p.15) “não está nisso a riqueza – em ter muito dinheiro; nos feitos e obras heróicas e de virtudes, aí sim; a estes são os que se haviam de buscar para tudo”. E ainda segundo Couto (1937, p.172), “cobiça deve ser nome do mais feio demônio que há no inferno, e do mais néscio; inda que digo mal; que néscios são os que ele engana com coisa tão vil e prejudicial à alma”.

Tomando por base este código, finalmente, cargos públicos não podem ser vistos como meios de enriquecimento, e sim como fonte de sacrifícios, o que leva Couto (1937, p.121) a acentuar: “A primeira cousa em que o vice-rei e ministros hão de por o pensamento quando são chamados para o cargo é nas obrigações deles, que são tamanhas e tão pesadas que muitos quiseram antes viver em pobreza que chegar a tamanhas honras com tantos encargos”.

O autor, contudo, é um fidalgo que exclui os pobres de seu código de ética. Se os altos funcionários, necessariamente provenientes da nobreza, devem sacrificar-se no exercício de seus cargos, Couto (1937, p.206) descreve e deplora os baixos rendimentos recebidos pelos soldados indianos na Índia, afirmando: “Isto é pô-lo a risco de furtar, ou se ir

para os mouros, como muitos já fizeram”. Os nobres devem, a todo custo, manter seu código de ética, mas o furto, por parte dos pobres, surge implicitamente justificado.

Para o soldado, ainda, o importante é sobreviver, mas Couto faz o elogio dos “feitos e obras heróicas”. Soa contraditório, porém, tal dualidade reflete a condição contraditória de Couto – soldado e letrado – que foi também a situação de Fernão Mendes Pinto, Camões e Cervantes. Valendo-se desta condição, tem-se, portanto, uma ética do fidalgo que se encaixa com dificuldade no cotidiano pouco venturoso e pouco heróico descrito pelo autor.

Retornando a Portugal pela primeira vez, em 1570, Couto tentou, em vão, obter um cargo e, “para não morrer de fome neste reino” (GRUZINSKI, 2004, p.192), voltou para a Índia, casando-se com Mariana de Melo. Analisando a trajetória do autor, Carvalho (1979, p.15) questiona: “Mas não será Diogo do Couto no seu íntimo, um ‘fidalgo’ que não conseguiu alcandorar-se e muito menos, conquistar os privilégios da classe que o rejeitou”?

Rejeitado, Couto transforma-se em soldado, e defende sua dupla condição de soldado e de letrado: “Nunca a pena embotou a lança” (COUTO, 1937, p.20). Mas os letrados, mesmo quando transformados em soldados ou postos a serviço dos governantes, devem manter seu código de ética e, quando isto não ocorre, é motivo de escândalo para o autor. Assim, em relação à administração dos vice-reis, segundo Couto (1937, p.30), “o que mais escandaliza é que sempre acha letrados com todas as faculdades, que dão entendimentos às leis e regimentos para poder fazer aquilo que pretenda, ainda que seja de uma injustiça exorbitante”.

Nessa esteira de reflexões Madeira (2005, p.281) acentua: “É impressionante a consciência que mantém Diogo do Couto quanto às implicações valorativas e ideológicas da terminologia e das categorias usadas para pensar sobre e qualificar o outro”. Mas tal consciência é ambígua. Leva-o, por um lado, a tentar compreender as crenças e práticas religiosas orientais. Por exemplo, os japoneses, segundo Couto (1947, v.I, p.137), “sobre todos estes ídolos, adoram a um Seutó, que dizem, que é uma substância e princípio de tudo, e que suas moradas são os Céus”. Mas, ao contrário do que Mendes Pinto faz de forma permanente ao longo de seu livro, em momento algum Couto questiona o caráter missionário da expansão portuguesa, fazendo, pelo contrário, sua apologia.

Couto (1947, v.I, p.6) descreve como atuam os missionários: “Aos Domingos e dias santos, saíam pelas ruas a ensinar publicamente a doutrina Cristã aos moços, pregando e confessando a toda hora que os chamavam, com grande consolação de todo o povo”. Descreve como Portugal “trouxe a Lei do sagrado Evangelho tantas mil léguas, por tantos riscos e perigos, e a tem dilatado por todo este Oriente, e ainda entre as mais bárbaras nações dele” (COUTO, 1947, v.I, p.233). E nega estarem a honra e a fama reservadas aos infiéis: “De nada disto podem estes ter esperanças, porque as honras do seu Rei são tratá-

los como escravos, a fama com eles se acaba, só no inferno vão gozar do galardão de suas obras em penas perpétuas” (COUTO, 1947, v.II, p.141).

Mas assim como Mendes Pinto o faz, Couto descreve longamente os saques praticados pelos portugueses, definindo-os como o objetivo de diversas expedições. É o que ocorre, por exemplo, quando um comandante português, ao ouvir um pedido de clemência, “não quis aceitar por fazer a vontade aos soldados que esperavam haverem ali grandes presas” (COUTO, 1947, v.I, p.88). E relata, ainda, como os habitantes de uma cidade foram expulsos, “ficando ela em poder dos nossos, com um muito grosso recheio, que se meteu a saco; e foi de feição que se encheram todos os navios, sem se ensacar a terça parte da cidade” (COUTO, 1947, v.II, p.261). Do saque nasce a devastação que Couto empenha-se, igualmente, em registrar, descrevendo o cenário deixado pelos portugueses após uma batalha:

O lugar foi todo abrasado, e todo o gado que pelos campos achavam foi morto, e lançado dentro em seus pagodes, por afronta de sua religião, e assim nos poços e tanques de que bebiam, para lhes ficarem imundos, e abomináveis para sempre (porque aonde toca o sangue de vaca, não tem purificação alguma para isso).(COUTO, 1947, v.II, p.169).

Se Couto, porém – e ao contrário de Mendes Pinto –, não questiona o direito de Portugal ocupar terras orientais, o resultado econômico da empresa é, para ele, nulo, o que a condena ao fracasso em termos de retorno para o reino. Couto (1937, p.13) define o dinheiro proveniente da Índia como “dinheiro de encantamento, que se converte em carvões; o mais dele vai por onde veio: *Donde o diabo traz a lebre lá lhe leva a pele*; e veio por canos infernais, pelos mesmos se torna a ir”.

O sonho situa-se, então, muito distante da realidade, que se mostra como vítima de uma decadência precoce para a qual o autor não apresenta soluções. Na Índia, segundo Couto (1937, p.90), “tudo está podre e afistulado, e muito perto de herpes; e, se não cortar um membro, virá a enfermar todo o corpo e a corromper-se”. Estamos, portanto, em plena decadência, uma vez que ele acentua ainda: “O Estado da Índia ganhou-se com muita verdade, com muita liberalidade, com muito valor e com muito esforço. Ora, vede se o estado em que está não é pelo contrário destas coisas” (COUTO, 1937, p.142). Segundo Carvalho (1937, p.108), “esta contradição entre o real e o ideal, isto é, entre o que os governadores eram e aquilo que deveriam ser, obriga o cronista a teorizar, a fazer doutrina”. Desta obrigação nasceu sua obra, e os impasses e contradições nela registrados, mesmo não se referindo – assim como a obra de Mendes Pinto também não o faz – à América Portuguesa, representa um olhar crítico sobre o sistema colonial do qual esta fez parte.

Recebido em 9/5/2011

Aprovado em 23/8/2011

REFERÊNCIAS

- CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. 648 p.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978, v. II. 252 p.
- CARVALHO, A. Farinha de. *Diogo do Couto, o soldado prático e a Índia*. Lisboa: Editorial Veja, 1979. 268 p.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira (Édition critique et commentée)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1991.
- CATZ, Rebecca. *A sátira social de Fernão Mendes Pinto: análise crítica de Peregrinação*. Lisboa: Prelo, 1978. 868 p.
- COUTO, Diogo do. *O soldado prático*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1937. 251 p.
- COUTO, Diogo do. *Décadas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1947, v. II. 213 p.
- FRIEDERICI, Georg. *Caráter da descoberta e conquista da América pelos europeus*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967. 516 p.
- GREENLEE, William Brooks (Introdução e notas). *A viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia pelos documentos e relações coevas*. Porto: Civilização, s.d. 327 p.
- GRUZINSKI, Serge. *Les quatre parties du monde: histoire d'une mondialisation*. Paris: Éditions de la Martinière, 2004. 479 p.
- LIMA, Luiz Costa. *O redemunho do horror: as margens do Ocidente*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003. 454 p.
- MADEIRA, Angélica. *Livro dos naufrágios: ensaio sobre a História trágico-marítima*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. 394 p.
- MAGASICH-AIROLA, Jorge; BEER, Jean-Marc de. *América mágica: quando a Europa da Renascença pensou estar conquistando o Paraíso*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 296 p.
- PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. v. I. 252 p.
- REBELLO, Luis de Sousa. Viagem e utopia em Fernão Mendes Pinto. In: *XIII Encontro de Professores Universitários Brasileiros da Literatura Portuguesa: singularidades de uma cultura plural*. Rio de Janeiro: Setor de Literatura Portuguesa/Faculdade de Letras/UFRJ, 1992. 23 p.